

DESEMPENHO NA PROVA BRASIL: UM ESTUDO EM ESCOLAS DA MESORREGIÃO OESTE DE SANTA CATARINA

Gabriela Strauss Mozz Zago, UNOESC
Danieli Juliane Berti Panigaz, UNOESC

Agencia financiadora CAPES

Eixo 4: Políticas Públicas, Educação e Diversidade

Resumo:

O estudo tem por objetivo verificar o desempenho de estudantes na Prova Brasil, tomando a escala de proficiência em matemática como foco de análise. Desenvolvido em um conjunto de escolas municipais situadas na mesorregião oeste do estado de Santa Catarina, procura demonstrar que, apesar dos avanços em termos de resultados alcançados no último biênio (2011), persiste o desafio de alargamento das habilidades para a resolução de problemas, manifestados pelo desempenho obtido principalmente pelos estudantes dos anos finais do ensino fundamental. Chama a atenção para a importância de se pensar em um indicador de qualidade que articule os insumos, os resultados e os processos, considerando que nem todos os aspectos associados aos objetivos educacionais são passíveis de serem mensurados por testes padronizados, considerando que nem todos os aspectos associados aos objetivos educacionais são passíveis de serem mensurados por testes padronizados. Apontando o risco de reduzir o processo educativo às habilidades e competências tidas como de maior relevância pela prova, enfatiza a necessidade de não esfacelamento e precarização do processo de produção e disseminação do conhecimento historicamente produzido.

Palavras-chave: Níveis de Desempenho. Escala de proficiência. Prova Brasil. Matemática.

INTRODUÇÃO

Crescentes transformações e avanços no meio social refletem na escola, assim como em outras instituições sociais, a desigualdade de condições a que estão submetidos os estudantes e que acarreta disparidades nas condições de desempenho educacional. Com o intuito de garantir a oportunidade de acesso e permanência no sistema escolar para todas as camadas da população, o direito à educação básica passa a ser amparado por lei como direito humano básico, devendo ser assegurado pelo Estado. No bojo dessas mudanças educacionais, intensificam-se políticas de avaliação educacional com o intuito anunciado de assegurar uma escola pública de qualidade para todos, indistintamente. -

É, portanto, no contexto da melhoria da qualidade educacional que foi criado, no início dos anos de 1990 o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, com o propósito de oferecer “subsídios concretos para a formulação, reformulação e o monitoramento das políticas públicas voltadas para a Educação Básica [...] e oferecer dados e indicadores que possibilitem maior compreensão dos fatores que influenciam o desempenho dos alunos nas áreas avaliadas.” (INEP, 2011)

Consubstanciada nesse firme propósito, desde então, o monitoramento e acompanhamento da qualidade educacional vem sendo operados pela via de avaliações em larga escala realizadas pelo Estado brasileiro. Pela via dessas avaliações, o Estado estabelece padrões mínimos de conhecimentos e habilidades e que o educando deverá adquirir, os quais são avaliados por um sistema que determina o que e quanto se espera dos estudantes em cada fase do processo educacional.-

Presente em todas as atividades humanas, a avaliação tem tido uma marcante presença no âmbito educacional brasileiro a partir da última década do século XX, fornecendo informações para professores e alunos. Em meio a uma celeuma nacional acerca de sua efetividade e eficiência para avaliar o nível de desempenho educacional, as políticas de avaliação em larga escala objetivam diagnosticar prováveis carências na aprendizagem dos educandos, assim como direcionar as ações pedagógicas, administrativas e financeiras com a finalidade de melhorar a qualidade do ensino no país.

Consoante Murillo (2011, p. 115),

A avaliação é uma arma poderosa; temida e respeitada no campo educativo. Poderosa em emitir os sinais que marcam o rumo do prioritário por fazer em nível de sistema, as escolas e as salas de aula; temida pelas consequências políticas, pessoais e profissionais que suas evidências acarretam, e respeitada pela sua crescente sofisticação e desenvolvimento técnico e metodológico que fazem com que seja cada vez mais complexo e arriscado “discutir” com seus resultados [...].

Do mesmo modo que a educação sofreu transformações no decorrer da história, os processos de avaliação também passaram e ainda passam por diversas alterações. Sempre que a economia, a situação política e social do país passa por alguma transição que venha, de fato, a transformá-la, tornam-se consequentes reparos e reformas no contexto educacional. Entende-se que uma das consequências é o aprimoramento das avaliações em larga escala.

Análises referentes ao tema evidenciam diferentes visões no processo de regulação e na construção de referenciais para mensurar a qualidade educacional.

Estudos que tiveram início a partir de 1930 revelam que, no Brasil, diferentes marcos interpretativos permeiam as avaliações. Inicialmente, esteve centrada na verificação da eficiência e da produtividade do sistema de ensino para a medição das habilidades e aptidões dos alunos como horizonte. Em um segundo momento, especialmente a partir da década de 1980, voltou-se para uma perspectiva crítica, a partir da qual emergiu-se “um novo molde avaliatório que considerava tanto os aspectos qualitativos quanto os pontos de poder e de conflitos envolvidos no currículo, com o intuito de pôr em questão o que se avalia e para que se avalia.” (LIBÂNEO, OLIVEIRA, TOSCHI 2012, p.264)

Alterações operadas ao longo das últimas décadas têm a ver com a necessidade de se obter um diagnóstico mais preciso do desempenho dos estudantes e das escolas, no intuito de elaborar políticas que permitissem reverter o quadro de atraso educacional amargado pelo Brasil desde que teve início às avaliações em âmbito internacional.

Ao final dos anos 1980 discussões sobre vários problemas que ocorriam nos sistemas educacionais, apontados pelos pesquisadores da área de educação, chega ao auge

com o debate público sobre os indicadores que mostravam o alto índice de fracasso escolar (repetência e evasão escolar) na escola básica, no país. Uma das questões que se colocava é que não se possuíam dados sobre o rendimento escolar dos alunos em nível de sistema e os fatores a ele associados. Nesse momento, promoveu-se no MEC [Ministério da Educação] uma oficina de trabalho com um grupo de educadores para discutir a questão. Colocava-se então que, com a mudança da nossa Constituição, poderia haver uma nova estrutura política e que isto sinalizava a necessidade de uma mudança na atuação do Ministério da Educação em relação ao ensino fundamental e médio, levando-o a ter um papel orientador e um papel avaliador como referência para políticas e avanços na área da educação básica GATTI (2009, p.10).

Ao levar em conta a trajetória de criação do Saeb e a forma de conferir ou constatar a situação educacional dos estudantes brasileiros, por escalas de desempenho, o estudo em pauta busca analisar os níveis de proficiência obtidos na Prova Brasil de Matemática dos anos de 2009 e de 2011, com o intuito de verificar avanços observados em termos de rendimento aferido pelo indicador, bem como os desafios a serem enfrentados no aprimoramento desse instrumento de acompanhamento e controle da qualidade educacional brasileira.

Possui relações estreitas com uma pesquisa mais ampla, vinculada ao Programa Observatório da Educação (CAPES/INEP), que caracteriza a situação educacional de um conjunto de dezoito municípios e escolas da mesorregião oeste do estado de Santa Catarina e os desafios para atingir metas nacionais traduzidas nos indicadores de qualidade da educação básica. Nessa investigação, as análises efetivaram-se sobre dez escolas que ofereciam no momento dos levantamentos, os anos iniciais do ensino fundamental, os quais compreendem do 1º ao 5º ano e finais que abrangem do 6º ao 9º ano do ensino fundamental.

O trabalho foi realizado tomando por base a apresentação dos níveis de proficiência das escolas na avaliação de matemática nos anos iniciais e finais do ensino fundamental e análise dos dados considerando as pontuações alcançadas nas edições de 2009 e 2011 nesta área de conhecimento. Busca evidenciar implicações da avaliação a partir de uma escala que procura delimitar um conjunto de habilidades para cada etapa de escolarização definindo, deste modo, o currículo para cada etapa de escolarização.

A PROVA BRASIL E OS NÍVEIS DE DESEMPENHO EM MATEMÁTICA

Com o decorrer dos anos, as avaliações em larga escala têm recebido maior atenção no campo educacional, galgando lugar de destaque tanto dentro das escolas quanto em discussões relacionadas a formas e métodos de quantificar e medir a situação educacional dos sistemas. Por meio dessas avaliações são operadas políticas de regulação e controle das ações e dos currículos praticados nas escolas.

A primeira avaliação em larga escala realizada em âmbito nacional em 1990, foi o Saeb que na época avaliava habilidades referentes à língua portuguesa, matemática e ciências. Mas somente quinze anos depois ocorreu a alteração mais significativa em relação ao Saeb que foi a divisão do teste, transformando-se em Avaliação Nacional da Educação Básica e em Avaliação Nacional do rendimento Escolar, a Prova Brasil (INEP, 2011).

Conforme o Inep, a Prova Brasil foi idealizada para atender demandas dos gestores públicos, educadores, pesquisadores e da sociedade em geral por informações sobre o ensino oferecido em cada município e escola. Oferece resultados por escola, município, Unidade da Federação e país que são utilizados para compor o Ideb. Tem função anunciada em auxiliar os governantes nas decisões e no direcionamento de recursos técnicos e financeiros, assim como a comunidade escolar, no estabelecimento de metas e na implantação de ações pedagógicas e administrativas, visando a melhoria da qualidade do ensino (MEC/INEP).

Apesar de se tratar de um teste padronizados verifica-se a confecção de 21 tipos diferentes de cadernos de prova para cada nível de ensino avaliado. Cada aluno responde a apenas um caderno, que é constituído por quatro blocos: dois deles destinam-se à disciplina de Língua Portuguesa e os outros dois são destinados à disciplina de Matemática. São testes de múltipla escolha, com quatro ou cinco alternativas de resposta para cada questão, sendo que apenas uma está correta. Os alunos no quinto ano respondem 22 questões para cada disciplina, já os estudantes do nono ano e do terceiro ano do ensino médio respondem 26 itens por disciplina.

Em uma visão mais ampla, este tem se tornado um campo dividido entre tensões e esforços para que as escolas obtenham, de fato, as pontuações almejadas em favor de mostrarem que atendem o que atualmente torna-se um indicador de qualidade, situação que verifica-se quase que de forma explícita a partir da evolução dos resultados obtidos a cada biênio.

O objetivo anunciado com a realização da Prova Brasil é de realizar uma avaliação diagnóstica do estágio em que se encontra a educação no Brasil. Em 2005 ocorreu sua primeira aplicação, desde então é realizada uma nova avaliação a cada dois anos, buscando avaliar as habilidades dos alunos do ensino fundamental nas disciplinas de Língua Portuguesa (foco na leitura) e Matemática (foco na resolução de problemas). A avaliação chega nas escolas em dois formatos, uma para ser aplicada ao final das séries iniciais (4^a série/5^o ano) e outra para ser aplicada as das series finais (8^a série/9^o ano), considerando-se escolas públicas de ensino com mais de 20 alunos matriculados na série.

A avaliação de instituições escolares permite a percepção de diversos aspectos relacionados ao quadro educacional. Dentre eles, estão as intenções políticas, visto que os resultados obtidos e o posicionamento que se toma em relação ao diagnóstico nessas avaliações irá influenciar diretamente no processo de ensino aprendizagem que ocorre em sala de aula. Entende-se que a partir do momento em que o professor percebe as dificuldades ou os impasses que estão impedindo um maior desempenho dos alunos em relação às habilidades requeridas, existe a tendência em buscar formas e soluções para sanar os problemas encontrados. Esse fato se reproduz em outros contextos educacionais quando avaliados.

As regras estabelecidas para a aplicação do teste remetem à aplicação de um concurso: o aluno não pode sair da sala de aula sozinho, somente acompanhado por um aplicador; os professores das disciplinas avaliadas não podem ficar na sala de aula; o aplicador é quem deve explicar os procedimentos e entregá-las aos alunos; não ocorre a leitura prévia pelos aplicadores, no entanto, em caso de alunos com necessidades especiais torna-se possível o acompanhamento de uma pessoa leitora do teste.

Os profissionais aplicadores são contratados por uma empresa destinada a este fim, treinados e capacitados para manterem os critérios e a padronização dos testes em âmbito nacional. O aplicador recebe um caderno com instruções (caderno do aplicador) e um *check list* com as tarefas a serem realizadas antes, durante e após a aplicação da prova.

Os professores das turmas avaliadas e diretores das escolas em que ocorre a aplicação do teste são orientados a responderem questionários que coletam dados demográficos, perfil profissional e de condições de trabalho.

Exige-se que, no dia da prova, estejam presentes na escola os professores das turmas avaliadas e a direção para que ocorra o preenchimento de um questionário. A prova é aplicada em horário de aula e o tempo estipulado para a realização é de 2 horas e 30 minutos. Em relação à resolução, o aluno dispõe de vinte minutos para responder as questões de cada bloco e ao final tem dez minutos para realizar o preenchimento do gabarito (cartão resposta). Posterior a este processo, responde o questionário socioeconômico em até vinte minutos.

Os alunos a serem avaliados só têm contato com a prova no dia de sua aplicação, ela é trazida para escola pelo próprio aplicador que a recebe um dia anterior a data de realização na escola, as mantém em segurança para que a escola não tenha conhecimento de seu conteúdo até o momento da aplicação, a orientação é que os envelopes que abrigam os testes sejam abertos apenas em sala de aula com a presença dos alunos que irão responde-la.

Neste contexto torna-se inegável o fato de que a Prova Brasil modifica a rotina da turma que a realizará, influencia diretamente no trabalho do professor e do gestor da escola no dia de sua aplicação, criando uma espécie de ritual para esse momento.

A Prova Brasil é construída a partir de uma Matriz de Referência orientadora, ou seja, trata-se de um teste que não abrange o currículo escolar de forma integral, mas refere-se a somente a algumas habilidades as quais seja possível uma suposta verificação da aprendizagem.

As análises tecidas no presente estudo mostram que, apesar de a Prova Brasil tratar-se anunciadamente de uma avaliação diagnóstica, é apresentada em âmbito escolar com níveis mínimos a serem atingidos, ou seja, a pontuação desejável, trata-se de um determinado nível dentro da escala de proficiência que norteia a avaliação em relação as habilidades que devem ser dominadas pelos alunos de cada etapa do ensino. As pontuações consideradas satisfatórias são distintas conforme a série em que o aluno será avaliado, como observa-se no quadro a seguir construído a partir do Parecer CNE/CEB n. 8/2010, de 5 de maio de 2010, que estabelece normas para aplicação do inciso IX do artigo 4º da Lei n 9.394/96 (LDB), anunciando os padrões mínimos de qualidade de ensino para a Educação Básica pública, disponibilizado no portal do Mec/Inep.

Quadro 1: Quadro referente a pontuação desejável para a disciplina de Matemática.

Etapa da Educação Básica	Disciplina	Pontuação Desejável
4ª Série do E.F.	Matemática	> 225 Pontos
8ª Série do E.F.	Matemática	> 300 Pontos
3ª Série do E.M	Matemática	> 350Pontos

Fonte: Brasil/Inep (2010).

Amédia de proficiência é uma medida teórica que mostra quais habilidades e competências que os estudantes demonstraram ser capazes de atingir em cada um dos níveis que compõem a escala. As médias de proficiência foram delineadas tomando por base intervalos de 25 pontos, que varia de 0 a 12 em matemática (BRASIL, 2003). Por sua vez, a escala de proficiência foi dividida em intervalos que vão de 0 a 500 pontos. Consoante aponta-se, a medida estatística expressa nessa escala é a TRI (Teoria de Resposta ao Item).

Para cada nível da escala de proficiência que se refere às pontuações obtidas pelos alunos no teste, existe um grupo de habilidades e competências a serem dominadas. Deste modo, sempre que o aluno atingir uma escala superior infere-se que já tenha dominado as habilidades e competências descritas nos níveis anteriores.

O Quadro 2 evidencia a organização dos níveis da escala de proficiência da Prova Brasil em Matemática, conforme os intervalos de pontuação estabelecidos pela Descrição dos níveis da Escala de Desempenho de Matemática – Saeb.

Quadro 2: Níveis da Escala de Matemática

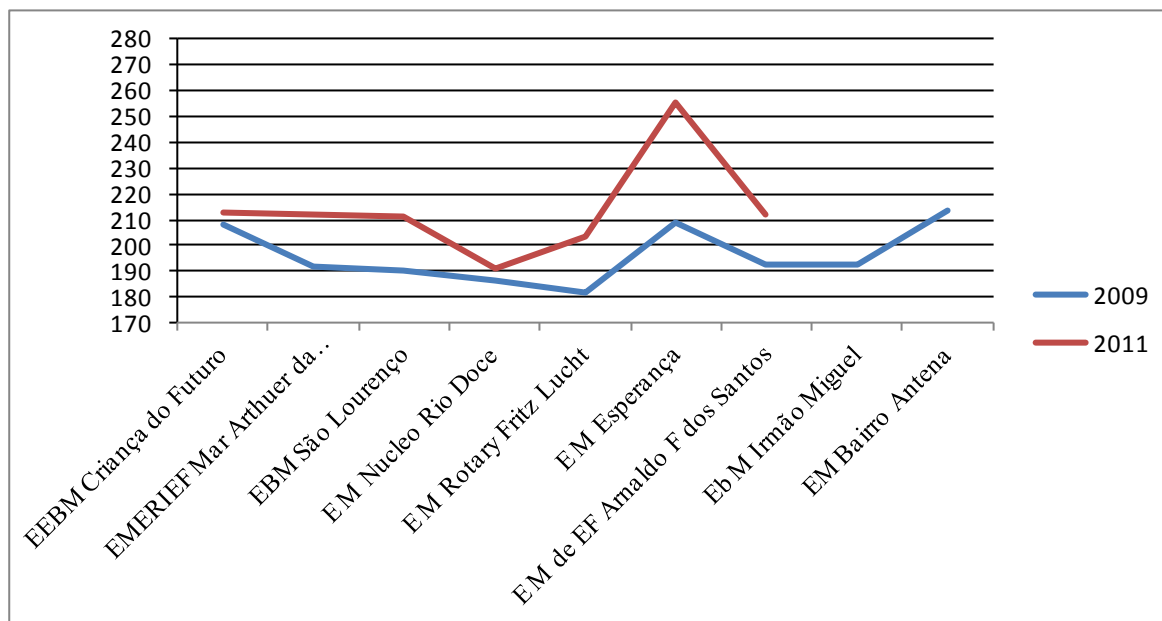
Níveis da Escala de Matemática	
Nível 0	0 a 125
Nível 1	125 a 150
Nível 2	150 a 175
Nível 3	175 a 200
Nível 4	200 a 225
Nível 5	225 a 250
Nível 6	250 a 275
Nível 7	275 a 300
Nível 8	300 a 325
Nível 9	325 a 350
Nível 10	350 a 375
Nível 11	375 a 400
Nível 12	400 a 425

Fonte: Brasil (2011).

PROFICIÊNCIA EM MATEMÁTICA: o caso de um conjunto de escolas da mesorregião oeste catarinense

Com intenção de demonstrar o desempenho de estudantes dos anos iniciais e anos finais, analisamos os resultados alcançados na Prova Brasil por um conjunto de dez escolas da mesorregião oeste catarinense. A análise considera o patamar mínimo de qualidade que as instituições educativas devem lograr na Prova Brasil ou, neste caso, a pontuação desejável para cada nível de escolaridade segundo o Parecer CNE/CEB 08/2010, sendo este para a disciplina de Matemática igual ou superior a 225 (duzentos e vinte e cinco) pontos no 5º ano do ensino fundamental e igual ou superior a 300 (trezentos) pontos no 9º ano, levando em conta as habilidades anunciadas sempre que ocorre evolução de nível.

O Gráfico 1 demonstra o nível de desempenho obtido pelas escolas nos anos iniciais do ensino fundamental, tomando em conta os dados da Prova Brasil nos biênios de 2009 e 2011.

Gráfico 1: Níveis de desempenho nos anos iniciais do ensino fundamental na disciplina de matemática.

Fonte: Brasil (2009; 2011)

Conforme os resultados, observa-se que em 2011 a Escola Municipal Esperança obteve melhor pontuação na Prova de Matemática, com acréscimo de 46,62 pontos em relação ao biênio de 2009. Mesmo tendo obtido acréscimo de 4,21 pontos, a Escola Municipal Núcleo Rio Doce ficou abaixo das demais. A Escola Municipal Bairro Antena de Caxambu do Sul não logrou aumento de pontos no biênio de 2011, tendo uma queda em sua nota de 12,06 pontos.

A Escola Núcleo Rio Doce atingiu o nível 3 na escala de desempenho, o que significa que seus alunos dominam as habilidades de calcular o resultado de uma adição com números de três algarismos, com o apoio de material dourado planejado; localizar informação em mapas desenhados em malha quadriculado; reconhecer a escrita por extenso de números naturais e a sua composição e decomposição em dezenas de unidades, considerando o seu valor posicional na base decimal; e resolver problemas relacionando diferentes unidades de uma mesma medida para cálculos de intervalos.

Já as escolas Bairro Antena, Arnaldo dos Santos, Rotary Fritz Lucht, São Lourenço, Marechal Arthur da Costa e Silva e Criança do Futuro obtiveram pontuação referente ao Nível de Desempenho 4, que compreende o domínio das habilidades de ler informações e dados apresentados em tabela; reconhecer a regra de formação de uma sequência numérica e dar continuidade a ela; resolver problemas envolvendo subtração estabelecendo relação entre diferentes unidades monetárias; resolver situação-problema, envolvendo: ideia de porcentagem, diferentes significados da adição e subtração, adição de números racionais na forma decimal; e identificar propriedades comuns e diferenças entre poliedros e corpos redondos, relacionando figuras tridimensionais com suas planificações.

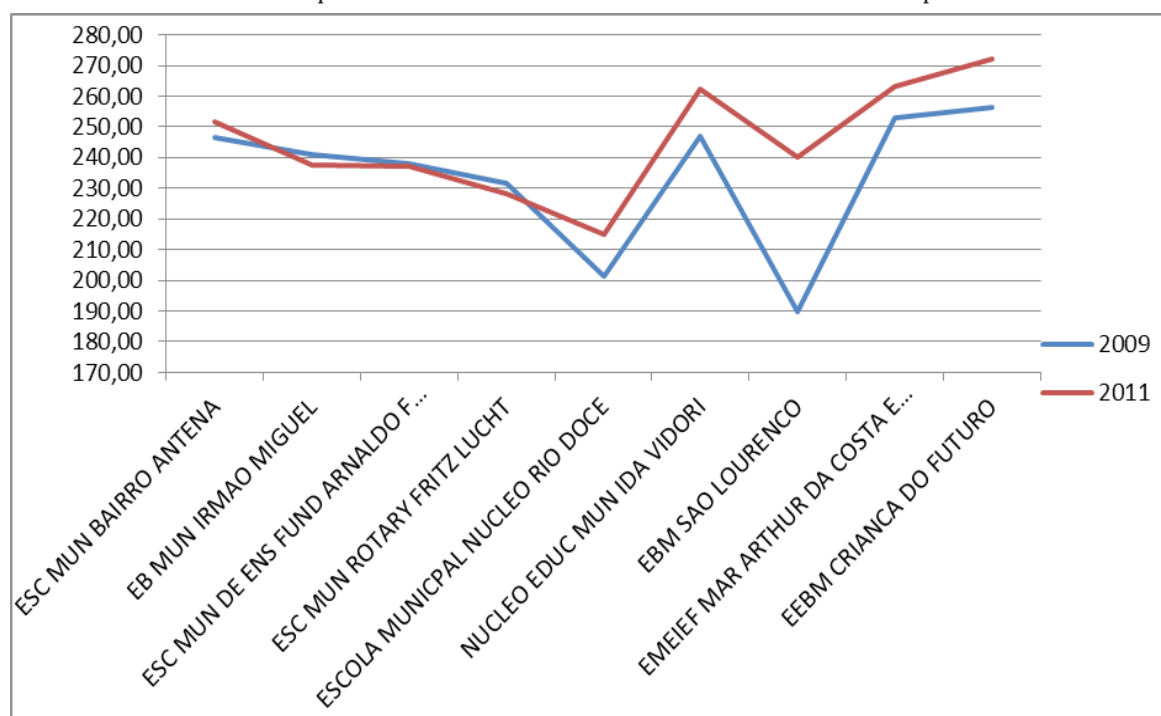
O melhor resultado entre escolas de um mesmo município, em 2011, foi obtido pela Escola Esperança, do município de Itapiranga com 255,72 pontos, tendo obtido pontuação referente ao Nível de Desempenho 6, que abriga as habilidades de: identificar planificações de uma figura

tridimensional; resolver problemas: estabelecendo trocas entre células e moedas do sistema monetário brasileiro, em suas funções de valores, envolvendo diferentes significados da adição e subtração, cálculo de área de figura plana, desenhada em malha quadriculada; reconhecer a decomposição de números naturais nas suas diversas ordens; identificar a localização de números racionais representados na forma decimal na reta numérica; estabelecer relação entre unidade de medida de tempo, ler tabelas, comparando medidas de grandezas; identificar propriedades comuns e diferenças entre figuras bidimensionais pelo número de lados e pelos tipos de ângulos; e reconhecer a composição e decomposição de números naturais em sua forma polinomial (BRASIL,2011).

A Escola Irmão Miguel, do município de Concordia e a Escola Núcleo Educacional Municipal Ida Vidori, do município de Palmitos, não apresentaram dados referentes à Prova Brasil no ano de 2011. Comparando os dois biênios de avaliação da Prova Brasil, verificamos que as escolas apresentaram avanço nos níveis de desempenho da escala de proficiência de matemática. No entanto, somente uma das escolas investigadas atingiu a pontuação tida como desejável. Em um contexto mais abrangente, entende-se que as escolas ainda estão enfrentando dificuldades para alcançar os resultados almejados pelas metas traçadas em nível nacional.

Quanto aos anos finais do ensino fundamental, os escores educacionais das escolas pesquisadas ilustram situação mais adversa, conforme se pode evidenciar no Gráfico 2.

Gráfico 2: Níveis de desempenho nos anos finais do ensino fundamental na disciplina de matemática.



Fonte: Brasil (2009; 2011)

A Escola Núcleo Rio Doce atingiu nível 4 de desempenho em matemática. Já as escolas Irmão Miguel, Arnaldo F dos Santos, Rotary Fritz Lucht e São Lourenço obtiveram resultados referentes ao nível 5 de desempenho, que além de abrigar as competências já descritas nos resultados obtidos pelos anos iniciais, requerem ainda as habilidades de: identificar a localização/

movimentação de objetos em mapas e outras representações gráficas; ler informações e dados apresentados em gráficos de colunas; conseguir localizar dados em tabelas de múltiplas entradas; associar informações apresentadas em listas ou tabelas ao gráfico que as represente e vice-versa; identificar propriedades comuns e diferenças entre corpos redondos, relacionando figuras tridimensionais com suas planificações; e resolver problemas envolvendo noções de porcentagem.

As escolas Bairro Antena, Ida Vidori, Marechal Arthur da Costa e Silva e Criança do Futuro atingiram o nível 6 de desempenho, com habilidades além das descritas nos resultados dos anos iniciais, infere-se que já tenham desenvolvido a competência de: reconhecer as representações decimais dos números racionais como uma extensão do sistema de numeração decimal, identificando a existência de ordens como décimos, centésimos e milésimos; e identificar a localização de números inteiros na reta numérica.

A Escola Esperança, do município de Itapiranga, não apresentou dados referentes a edição de 2011. Apesar dos esforços despendidos, também nos anos finais nenhuma escola investigada alcançou a pontuação desejável.

Um aspecto importante a se levar em conta é que a partir do momento que ocorre uma visão demasiadamente otimista em relação ao alavancar dos resultados obtidos na prova efetuada, torna-se evidente o risco da supervalorização dos números, fato que pode deixar de lado um olhar mais cuidadoso e crítico em relação as avaliações em larga escala, inferindo a certeza de uma melhora da qualidade de ensino, evidenciando uma ilusão de que o fato das notas da Prova terem aumentado, automaticamente a qualidade de ensino também se eleva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No que tange ao desempenho obtido pelas escolas municipais da mesorregião oeste catarinense na Prova Brasil realizada nos biênios de 2009 e 2011, o estudo evidenciou esforço, por parte das escolas, em melhorar o desempenho de seus alunos, nomeadamente no que se refere aos níveis de proficiência em matemática. Dados comparativos entre as duas etapas de escolarização evidenciam que os avanços são mais perceptíveis nos anos iniciais.

A partir do estudo realizado entende-se que a igualdade de oportunidades é de extrema importância na formação dos estudantes. A educação, em um contexto amplo, se for adequada, favorece para que todos tenham as mesmas oportunidades de construir sua identidade na relação consigo mesmo e com o outro, mas cabe à escola oferecer subsídios para favorecer a inclusão de todos ao meio social e garantir que sejam inseridos no grupo. Não obstante, a história da educação básica segue marcada pela desigualdade em relação às oportunidades de acesso, frequência e sucesso escolar, bem como em relação às condições de um ensino de qualidade para todos, indistintamente.

Conforme ESTEBAN (2009, p.48):

Os resultados insatisfatórios marcam a trajetória das classes populares na escola pública brasileira. A preocupação com o fracasso escolar tem sido recorrente na formulação da

política pública para a educação e para “combate-lo” com frequência se apresentam diagnósticos, planos e propostas. Diferentes momentos, diversos percursos e resultados semelhantes: as crianças das classes populares não tem o seu direito à educação escolar atendido.

Sempre que pensamos em medir a situação educacional como um todo a partir de resultados numéricos derivados de uma avaliação padronizada e com isso induzir que a própria questão da qualidade da educação pode ser diagnosticada, corre-se um risco preocupante de considerar que o único objetivo da escola resume-se a melhorar os seus resultados em tais provas, processo que simplifica as questões sociais de tal forma que sejam quase absorvidas em meio a dados e infere que a escola é apenas uma preparadora para um bom andamento de proficiências oriundas de testes sistêmicos (OLIVEIRA, 2011).

No que se refere às proficiências requeridas na Prova Brasil de matemática, ainda existem diversos desafios a serem superados e enfrentadas pelas escolas aqui referidas. Não obstante, aponta-se a necessidade de uma análise mais cuidadosa ao considerar os resultados de uma avaliação padronizada como esta na referência de qualidade educacional tendo em conta o risco de reduzir o currículo a certas habilidades e competências tidas como de maior relevância pela prova.

Ao considerar a abrangência e a valorização à Prova Brasil no âmbito escolar, enfatiza-se a existência do risco de prevalecer o consenso, por parte dos agentes educacionais, de que se deve preparar o aluno para a prova, tendo em vista o Ideb a ser publicado. Deste modo, ressalta-se a necessidade de reflexão em relação às intenções reais das avaliações em larga escala, com o cuidado para que a interpretação dos resultados e da estratégias a serem montadas para a melhoria da qualidade de ensino não se tornem meras configurações de uma realidade de esfacelamento e precarização do processo de produção e disseminação do conhecimento historicamente produzido.

Referências

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep. **Relatório Saeb 2003**. Brasília: Inep, 2003.

_____. Portaria nº 931, de 21 de março de 2005. Instituir o Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB, que será composto por dois processos de avaliação: a Avaliação Nacional da Educação Básica – ANEB, e a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar – ANRESC. **Diário Oficial da União**, Brasília, Seção 1, p. 17, n. 55, 22 mar. 2005.

_____. PDE: Plano de Desenvolvimento da Educação: Prova Brasil: ensino fundamental: matrizes de referência, tópicos e descritores. Brasília: MEC, SEB. 2008.

_____. Livro Explicativo. Prova Brasil. Brasília: Inep, 2011.

_____. IDEB. Planilhas para *dowlound*. Disponível em: <<http://inep.gov.br>> Acesso em 12 abr.2014

____. INEP. História da Prova Brasil e do Saeb, 2011. Disponível em :[HTTP://portal.inep.gov.br/web/prova-brasil-e-saeb/historico](http://portal.inep.gov.br/web/prova-brasil-e-saeb/historico)Acesso em: 01 maio 2014.

____. Parecer CNE/CEB n. 8/2010, de 5 de maio de 2010. Estabelece normas para aplicação do inciso IX do artigo 4º da Lei n. 9.394/96 (LDB), que trata dos padrões mínimos de qualidade de ensino para a Educação Básica pública. Disponível em: <portal.mec.gov.br> Acesso em: 20 out./2010. Aguardando homologação. 2010.

ESTEBAN, Maria Teresa. **Provinha Brasil**: desempenho escolar e discursos normativos sobre a infância. Sísifo/Revista de Ciências da Educação. N°9. Mai/Ago 2009. Disponível em: <pt.scribd.com/.../Provinha-Brasil-Desempenho-escolar-e-discursos-norma>. Acesso em: 10 jun. 2014.

GATTI, Bernadete A. **Avaliação de sistemas educacionais no Brasil**. Sísifo/Revista de Ciências da Educação. N°9. Mai/Ago 2009. Disponível em: <pt.scribd.com/doc/.../GATTI-Avaliacao-de-sistemas-educacionais-no-Bra>. Acesso em: 10 jun. 2014.

LIBÂNEO, José Carlos. OLIVEIRA, João Ferreira de Oliveira. MIRZA, Seabra Toschi. **Educação Escolar**: Políticas, Estrutura e Organização. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

MURILLO, Javier. Desafios na Avaliação da qualidade da Educação. In: FERNANDES, Domingos (Org.). **Avaliação em Educação**: olhares sobre uma prática social incontornável. Pinhais: Editora Melo, 2011. Cap. 5, p. 95-115

OLIVEIRA, Romualdo Portela de. A qualidade do ensino como parte do direito à educação: um debate em torno dos indicadores. In: FERNANDES, Domingos (Org.). **Avaliação em Educação**: olhares sobre uma prática social incontornável. Pinhais: Editora Melo, 2011. Cap. 6, p. 117- 124.

